

■ ENTREVISTA A LUIS PAIS ANTUNES, deputado do PSD e ex-secretário de Estado do Trabalho

“Faltam medidas e opções políticas”

Rui Peres Jorge*

Luis Pais Antunes, secretário de Estado do Trabalho nos últimos dois governos do PSD, caracteriza o Plano Nacional de Emprego (PNE) como um trabalho de continuidade. Considera que tem metas ambiciosas, mas denuncia a falta de políticas e de medidas concretas.

Que apreciação global faz do Plano apresentado a semana passada?

Este plano é de continuidade na sequência de imposições comunitárias que já vêm de 97. Mas antes de ir ao PNE gostava de salientar a total inversão da lógica das coisas. A apresentação, que deveria ser o último acto, foi o primeiro. Creio que ainda nem sequer foi pedido à Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais o agendamento da reunião para a discussão do plano.

O que é que isso pode significar?

É que normalmente aqueles que enchem a boca com palavras graves e sonantes sobre os efeitos nefastos das maiorias são os primeiros a praticá-los.

Regressando ao PNE...

Faltam medidas e opções políticas. Não vi nada de muito diferente do que constava dos planos de emprego anteriores. Há de facto metas diferentes, mas metas não são medidas e essas não as conheço.

Algumas das metas são ambiciosas como, por exemplo, o objectivo de qualificar um milhão de portugueses até 2009. O que pensa?

A ambição é positiva mas temos que ter a preocupação de a combinar com realismo. Algumas dessas metas são ambiciosas demais, até pelos recursos financeiros disponíveis. Note no entanto que a meta de um milhão era uma proposta do PSD na última campanha eleitoral. Mas aqui a reflexão mais importante passa por perceber que o problema da formação em Portugal é cada vez menos um problema de quantidade e cada vez mais um problema de qualidade.

Sobre a qualidade da formação não ficou satisfeito?

As questões fundamentais para a qualidade da formação não foram objecto de qualquer referência, com excepção da reforma do sistema de acreditação, mas isso já tinha sido iniciado pelo governo anterior. Não ouvi falar nada sobre a reforma do sistema de certificação das competências, sobre a revisão da lei da formação ou outras questões mais específicas como, por exemplo, a clausula de formação para os trabalhadores entre os 16 e os 18 anos.



O Governo propõe-se a conseguir que o IIEFP dê respostas em dois dias aos pedidos das empresas e em três meses a todos os jovens com menos de 23 anos sem o 12º ano. Parece-lhe realista?

Parecem-me metas difíceis de atingir com um racionamento atento dos meios disponíveis. Ora nós sabemos que a verbas do segundo e terceiro QCA estão no seu limite e a margem de crescimento é mínima. Essa foi uma questão que dirigi ao senhor primeiro-ministro que ele não respondeu.

Concorda com a posição do Governo de, na formação, pôr as empresas a definir quais as áreas em que deve haver mais formação?

Faz sentido e coincide com a posição que sempre assumi. Em Portugal há um descontrolo entre as necessidades da procura e a oferta. A solução que defendi era a de conceder os centros protocolares de gestão participada aos parceiros sindicais e empresariais através de mecanismos de contrato programa. Não sei se é a orientação do Governo mas se for, falta saber como levá-la a cabo.

O IIEFP passará a concentrar-se na colocação rápida de desempregados. A formação e políticas activas de emprego funcionarão para potenciar esse objectivo. Concorda?

Tenho muitas dúvidas. A ser verdade, e levando essa política às últimas consequências, o IIEFP funcionaria como concorrente

dos diferentes agentes de mão-de-obra do mercado. O IIEFP deve ser um regulador de mercado de emprego e instrumento das chamadas medidas de políticas activas.

O Governo defende que assim ataca os problemas de mais curto prazo, sendo o problema estrutural combatido através de formação...

A perspectiva de curto prazo é enganadora. O desemprego tende a ser cada vez mais um fenómeno estrutural. Enquanto o crescimento da economia não ultrapassar a faixa dos 2% vamos ter mais desemprego.

O que lhe parece do valor apresentado para PNE de 1,4 mil milhões de euros?

Mais importante do que saber o montante de dinheiro é saber o que fazer com esse dinheiro e de onde vem.

Concorda com o fim da indexação das prestações sociais ao salário mínimo nacional?

É um bom princípio. Resta saber como vai ser posto em prática. Sendo o objectivo aumentar o SMN, essa medida resolve a componente Estado mas está a transferir o seu ónus para o sector privado. Aqui o risco é de poder criar desemprego porque vamos assistir a um efeito multiplicador para todos os salários acima do nível mínimo. Em tese a desindexação é positiva mas deve saber-se como será feita e o que implica.

* com M.C.S.